

REDES DA CIDADANIA: A ÁGORA VIRTUAL

MARIA JOÃO LOPES ANTUNES*

RESUMO

Tendo como ponto de partida os projectos que no âmbito do Programa Aveiro Cidade Digital veiculam informação que se prende directamente com a qualidade de vida dos munícipes, e/ou que incentivem à participação dos cidadãos enquanto sujeitos activos na construção da comunidade em que se inserem, pretende-se estudar estes mecanismos em diversas vertentes: natureza da informação e serviços disponibilizados, dinamização dos projectos, soluções tecnológicas adoptadas e usabilidade do sistema.

Por fim pretende-se analisar a adesão e o impacto dos projectos, na comunidade, e os factores que condicionam o seu sucesso.

1. Introdução

O potencial das redes telemáticas, enquanto veículo privilegiado de disseminação de informação, está já a ser amplamente explorado pelo meio empresarial, que rapidamente soube aproveitar as vantagens proporcionadas pela rede em seu próprio proveito. Assiste-se, deste modo, à expansão da vertente comercial da rede, com um aumento substancial dos *sites Web* que, para além de publicitarem os mais diversos produtos ou serviços, permitem também a sua aquisição *on-line*. No entanto, as redes telemáticas assumem uma dimensão muito mais plural, devendo por isso ser o seu potencial aplicado em áreas tão estratégicas como as da saúde,

* Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro.

educação e como meio de modernização e revitalização de uma administração que, mercê do excesso de burocracia e do afastamento dos indivíduos que a legitimam, geram nestes cada vez mais indiferença.

A este processo o papel disfuncional dos *mass media* não é de todo alheio. (Hagen, s/ data). Nas sociedades actuais, onde o número de indivíduos não permite o contacto directo dos cidadãos com os seus representantes, a comunicação política é mediada pelos *media* (televisão, rádio e jornais) tendo estes poder de filtrar a informação capaz de influenciar, por um lado, a formação da opinião pública, e por outro, os processos de decisão política (Monteiro, 1999, 36).

É precisamente devido ao papel pouco eficiente dos tradicionais *mass media* e à utilização mais generalizada das redes que o debate, em torno da abertura da administração à comunidade, se torna cada vez mais actual e pertinente.

2. A oportunidade das novas tecnologias

Muitos são os autores que de uma forma ou de outra evidenciam a necessidade de reformar o sistema político vigente. Alvin Toffler constata que as instituições representativas actuais não se coadunam com os problemas do século XXI, Pierre Lévy alerta para a necessidade de se experimentar um novo espaço de comunicação – o ciberespaço – que privilegie a discussão alargada de problemas, envolvendo as comunidades. (Lévy, 1997: 85)

O facto das novas tecnologias da comunicação serem independentes do tempo e do espaço, aliado à interactividade, à rápida transmissão de dados e à abundância de informação constituem factores que permitem que as redes telemáticas se afigurem, pelo menos teoricamente, como dando um contributo favorável ao sistema político democrático (Hagen, s/ data). Na medida em que permitem veicular largas quantidades de informação, que desta forma se torna facilmente acessível, e ao permitirem criar novos canais de comunicação entre decisores políticos e comunidade (Hagen, s/ data), com custos relativamente baixos, as redes telemáticas trazem a esperança de possibilitar que os cidadãos possam participar na tomada de decisões, ou de pelo menos contribuir para determinar a agenda política e estabelecerem prioridades.

O advento das tecnologias da comunicação e informação não está contudo a deixar indiferente os governos dos países democráticos, em especial os dos mais desenvolvidos, onde certamente serão mais explícitos os efeitos destes novos mecanismos que, segundo Nuno Monteiro, «darão origem a novas formas de organização da soberania territorial e do poder político» (Monteiro, 1999:24). A abertura do poder político à sociedade

civil, via tecnologias da informação e comunicação, não significa porém, como alguns afirmam, uma passagem da democracia representativa para uma democracia participativa. Tal evolução trata-se de um processo natural de abertura do estado democrático, confrontado com um número crescente de sujeitos cada vez mais informados e exigentes, capazes de dar opiniões esclarecidas sobre os mais diversos assuntos (Keskinen, s/data).

Desta forma o que se preconiza são mecanismos assentes em rede, estruturados de forma a dar visibilidade a informações de manifesto interesse público, contendo grupos de discussão sobre assuntos estratégicos e possibilitando o acesso aos demais serviços suportados pela Internet (World Wide Web, mail, ...) (ver figura 1). Tal sistema destina-se a unir os agentes da cidade (cidadãos comuns, entidades privadas, organizações não lucrativas e autoridades municipais) em torno de problemas comuns, cuja discussão alargada pode conduzir a tomadas de decisões mais próximas dos reais interesses da comunidade (Guidi, s/data).

Com a implementação de um modelo com estas características, a esfera pública, enquanto espaço de significância no qual «os cidadãos criam valores partilhados através de um processo de troca de ideias» (Monteiro, 1999), ganha uma nova dimensão.

Para encetar este projecto, que apela à participação dos cidadãos, o poder local assume uma posição determinante, quer pela sua proximidade com as populações, quer enquanto detentor de poderes e competências capazes de influenciar positivamente a sua qualidade de vida (Câmara Municipal de Aveiro, Universidade de Aveiro, Portugal Telecom/CET, 1998: 19).



Figura 1 debate de ideias

3. Principais constrangimentos à implantação das redes da cidadania

O desafio das redes da cidadania, enquanto geradoras de capacidade crítica de intervenção por parte da comunidade local, para além da resistência do poder instituído, tendencialmente burocrático e tradicionalista, confronta-se ainda com os problemas inerentes à actual vivência dos indivíduos na cidade: diminuição da importância da comunidade local para o sujeito, isolamento e défice de cidadania.

Banquart, citado por Dominique Bouchet, fala da cidade enquanto espaço no qual os indivíduos buscam o anonimato e anseiam por uma vida individual privada, possivelmente como reacção à rigidez anteriormente exercida pelas convenções estabelecidas pela família e pela tradição (Dominique Bouchet, 1997: 4).

O urbanista François Ascher, partindo da presente heterogeneidade da *polis*, fala em dois tipos de urbanidade: uma rica em relações individuais e sociais diversas e profícuas, a par com outra em que há uma redução das relações sociais a um código abreviado onde apenas existem algumas regras-base (Ascher, 1995: 101). Para este autor, a escolha entre um destes termos está intimamente associada com uma outra dimensão da vida da cidade, «a consciência de pertença a uma colectividade urbana com a prática dos direitos e deveres que lhe estão associados».

No que concerne ao défice de cidadania, Ascher vê-o como um risco para a concretização de acções necessárias à resolução de problemas urbanos. A solução implica uma revitalização das relações entre poder local e cidadãos (Ascher, 1995: 116).

Pensa-se, no entanto, que as redes ao incentivarem a adesão a causas comuns, através da discussão conjunta dos assuntos da cidade em torno de um mesmo espaço (sistema), possam constituir-se como um mecanismo capaz de apelar ao que de mais intrínseco há no ser humano: o ser social, combatendo assim o isolamento e alheamento face à realidade envolvente.

Para além destes factores há ainda que encarar o perigo real de exclusão e rejeição, a que os indivíduos menos literados ou tecnologicamente menos motivados estão sujeitos, bem como o acentuar de assimetrias entre as grandes cidades e as regiões periféricas.

Por fim há que considerar os custos em que as autarquias têm que incorrer, para colocar o sistema a funcionar (custos relativos à concepção, desenvolvimento, equipamento,...), bem como os custos inerentes à manutenção de tais mecanismos (actualização da informação, dinamização dos grupos de discussão, custos relativos a comunicações,...).

4. A investigação

A presente investigação tem como base o Programa Cidades Digitais, lançado em Fevereiro de 1998, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo por objectivo «mobilizar e generalizar na sociedade os instrumentos, as técnicas e os modos de organização da informação e da comunicação, do conhecimento e da acção próprios das sociedades avançadas» (Gago, Discurso de lançamento do Programa Cidades Digitais).

A ênfase do estudo recai sobre a cidade digital de Aveiro, na medida em que o programa se centra na reabilitação da vida urbana. São três os projectos, propostos pelo município, com a finalidade de veicular informação pertinente para a vida quotidiana dos cidadãos, ou de apelar à sua participação enquanto agentes activos na construção da comunidade em que se inserem (Projectos Digipraça¹, Digibairros² e Eiró³).

Neste âmbito leva-se a cabo um trabalho que compreende as seguintes etapas:

1. Contextualizar a importância das Cidades Digitais enquanto elemento estruturador da construção da Sociedade da Informação para o cidadão.

¹ *Digipraça* – Metáfora Digital da Praça Central da Cidade. Pretende-se criar uma «Praça Digital» onde os participantes terão acesso a correio electrónico, conversas *on-line*, videotelefonia, videoconferência, vídeo, áudio e acesso à Internet. Disponibilizará nos meios periféricos e tradicionalmente menos despertos para as TIC um conjunto de serviços e conteúdos de informação que, acompanhados pela existência de um dinamizador em cada local de funcionamento permitirá a criação de um núcleo humano interessado e comprometido no progresso e qualidade de vida do concelho, capaz de trocar ideias com todos os cidadãos de Aveiro e propor soluções para o bem de toda a comunidade.

² *Digibairros* – Metáfora Digital dos Bairros da Cidade. Pretende-se dotar um conjunto de bairros sociais e zonas desfavorecidas de concelho de Aveiro dos meios TIC necessários à sua normal integração na sociedade da informação e, em especial, na comunidade digital da cidade de Aveiro. Com este objectivo pretende-se concretizar a noção de bairro virtual, onde os cidadãos podem conviver, utilizar os serviços da comunidade (informação, comércio, lazer, etc), transpondo para a cidade virtual a organização e as actividades típicas de um bairro.

³ *Eiró* – Sistema Integrado de Difusão e Acesso Público à Informação para os Cidadãos de Aveiro. Tem como objectivo primordial a criação de uma plataforma universal de difusão de informação e acesso a serviços disponibilizados para os cidadãos em quiosques públicos interactivos colocados em pontos chave da cidade, através da Internet e painéis de difusão pública. Pretende funcionar como um instrumento dinamizador e mobilizador da comunidade, dando visibilidade com grande impactu público aos eventos culturais e sociais da cidade e às iniciativas em curso no âmbito do programa, sensibilizando para o potencial dos resultados e incentivando para uma participação mais activa.

* Descrição veiculada pelo Gabinete Aveiro Cidade Digital.

Analisar vários projectos, no domínio da Democracia Electrónica aplicada a nível local e regional, implementados na Europa e Estados Unidos.

2. Estudar a adesão e impactos dos projectos, Digipraça, Digibairros e Eiró.
 - 2.1. A nível de *adesão* pretende-se identificar o perfil/perfis tipo de indivíduos que procuram o sistema, com que finalidades e qual o grau de interacção;
 - 2.2. No que respeita aos *impactos* serão analisadas as repercussões dos projectos nos *cidadãos* que integram a comunidade em estudo, bem como na acção da *administração local*, que se fará repercutir ou não nas suas decisões as sugestões apresentadas.
3. Tendo por base a informação recolhida nas fases anteriores do estudo, em especial na fase precedente, pretende-se identificar e analisar os factores e práticas que contribuem para o sucesso das redes da cidadania: mecanismos de participação a implementar, sistemas de *feedback*, locais de acesso, existência de ajudas (presencial, *on-line*), interface, acções de divulgação a promover junto da população,... bem como propostas de novos serviços.

5. Considerações finais

Consideram-se as redes da cidadania como uma aposta estratégica dos governos locais.

Conhecendo as necessidades e expectativas dos cidadãos, no domínio da informação pública e dos mecanismos de participação, bem como adoptando uma estratégia que envolva os agentes da cidade, a adesão será elevada.

Da plena satisfação dos utilizadores dos serviços telemáticos de cariz concelhio, acredita-se que resultará uma massa crítica que aderirá e promoverá a Sociedade da Comunicação e Informação nas suas mais diversas vertentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, François (1995), *Metapolis – Acerca do futuro da cidade*, Trad., Oeiras: Celta.
- BOUCHET, Dominique (1998), «*Tecnologias de informação, o laço social e a cidade. Georg Simmel actualizado*», in *Built Environment*, vol. 24 n.º 2.
- HAGEN, Martin (s/data), «*A typology of Electronic Democracy*».
- LÉVY, Pierre (1997), *A Inteligência Colectiva – para uma Antropologia do Ciberespaço*, Trad., Lisboa: Institutio Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade.
- MONTEIRO, Nuno Peres (1999), *Democracia Electrónica*, Lisboa: Gradiva, Col. Cadernos Democráticos.
- UNIVERSIDADE DE AVEIRO, Câmara Municipal de Aveiro, Portugal Telecom/CET (1998), *Programa Aveiro – Cidade Digital*, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Sites consultados

- <http://www.mct.pt/novo/ministerio/textos/dm100298.htm> (99-04-08)
- GAGO, Mariano (1998), *Discurso de lançamento do Programa Cidades Digitais*.
- <http://www.state.mn.us/gol/democracy/final/filand.htm> (98-09-28)
- KESKINEN, Auli (1998), *Teledemocracy*.
- <http://www.state.mn.us/gol/democracy/final/italy.htm> (98-09-28)
- GUIDI, Leda (1998), *Bologna «civic network» service: telematics for citizens, businesses, and third sector*.